

**ENTRE NOMES MALDITOS: A HOMOSSEXUALIDADE E O JOGO
DISCURSIVO DA IDENTIDADE**

Nelson Eliezer Ferreira Júnior
(UFCG/UAL/CFP)
significante@gmail.com

O desenvolvimento recente, no Brasil, dos estudos sobre a homossexualidade trouxe consigo um problema recorrente, que é a questão do nome e os *lugares* discursivos a esse atrelados. Se a própria palavra *homossexualidade* faz eco num tempo em que estudos médico-legais, de cunho notadamente moralista, procuravam solução para a “praga moral” representada pelos “invertidos”, é justificável a tendência recente de encontrar outros termos para designar, não exatamente um “sujeito homossexual”, mas para nomear a relação afetiva/erótica/sexual entre pessoas do mesmo sexo (uma construção cultural, não necessariamente identitária) e os produtos culturais resultantes.

Os nomes estão lançados: homoerotismo, homosociabilidade, homoafetividade, homocultura, homossexualidades, etc. Em todos esses termos, podemos perceber a preocupação em fazer uma distinção nítida entre os esforços pseudo-científicos – datados do séc. XIX e, no caso do Brasil, do início do séc. XX (Green, 2000) – e uma abordagem não totalizadora nem essencialista em relação a indivíduos com práticas homoeróticas.

No entanto, se nos EUA e demais países anglófonos os termos *gay* e *queer* conseguiram transitar entre os meios universitários, a militância política, e o uso corrente na sociedade, mesmo sofrendo profundas transformações, o mesmo não vem ocorrendo no Brasil onde os termos e expressões muitas vezes usados para nomear tais práticas não conseguem ultrapassar as fronteiras do meio acadêmico e, mesmo nesse ambiente, não conseguem o apoio convergente dos estudiosos. Aqui, predomina um receio em utilizar termos, a fim de evitar aqueles que estejam *contaminados* desde sua origem por um posicionamento equivocado.

Um exemplo paradigmático está n^o *A inocência e o vício*. Nesse livro, Jurandir Freire Costa argumenta insistentemente sobre as vantagens do termo *homoerotismo* sobre o *homossexualismo* ou *homem homossexual*. Sinteticamente, poderia resumir os argumentos de Jurandir na seguinte imagem: “caminhando, ao lado de Freud, nas trilhas de Foucault”. Explicando: Jurandir utiliza conceitos da psicanálise para chegar a uma conclusão foucaultina: *o ‘homem homossexual’ nada mais é que uma realidade lingüística, e não uma realidade natural* (COSTA, 2002, p. 23), retomando os postulados da *História da sexualidade*. Para Jurandir, assim como para muitos outros pesquisadores,

A palavra ‘homossexual’ está excessivamente comprometida com o contexto médico-legal, psiquiátrico, sexológico e higienista de onde surgiu. O ‘homossexual’ [...] foi uma personagem imaginária com a função de ser a antinorma do ideal de masculinidade requerido pela família burguesa oitocentista. Sempre que a palavra é usada evoca-se, querendo ou não, o contexto da crença preconceituosa que até hoje faz parecer natural dividir os homens em ‘homossexuais’ e ‘heterossexuais’. (COSTA, 2002, p. 23-24)

O problema, portanto, é discursivo. Há, na verdade um grande receio em nomear qualquer termo para se referir à homossexualidade por causa desse *comprometimento* com o *contexto* que deu origem ao nome. Extremamente questionável, no entanto, é tal compreensão *mística* a partir da qual o ato de nomear se converse na *evocação de um preconceito* independente do posicionamento ideológico dos falantes.

O posicionamento de Costa sobre a preocupação com o uso dos nomes malditos teve uma grande repercussão entre os estudiosos da *homocultura* no Brasil, mas causou também estranhezas e dificuldades teóricas e metodológicas, pois sempre será necessário nomear o *corpus* e o uso de expressões do tipo “sujeitos homoeroticamente inclinados” pode soar mais com um *eufemismo* do que como uma alternativa viável ao uso de termos como “homossexual”. A esse respeito, João Silvério Trevisan (2004, p.37) aponta a fragilidade dessa estratégia:

[...] as ponderações de Jurandir Freire Costa não me parecem totalmente convincentes, pelo simples motivo de que no dia-a-dia precisamos de um termo para nos referenciarmos. Por mais provisórios que possam ser, esses ‘artefatos identitários’ instauram a possibilidade de comunicação, pois ‘não podemos vagar no universo ambiental como pedaços de tábua de um naufrágio’, nas palavras do próprio Jurandir. Por outro lado,

qualquer descrição ou definição da atração sexual (ou meramente erótica) entre pessoas do mesmo sexo continuará se carregando de elementos pejorativos enquanto a sociedade mantiver a tendência de estigmatizar esse tipo de tendência. Daí porque me parece frágil qualquer substituição meramente lingüística.”

Ampliando a ressalva posta por Trevisan, a questão que se pode formular é: *até que ponto a semântica discursiva de um termo depende daquela atribuída na sua origem?* Em outros termos: *ao usarmos um vocábulo, estamos necessariamente evocando o seu sentido original, independentemente de qualquer intenção de uso?*

Essas questões remetem diretamente aos fundamentos e procedimentos da Análise de Discurso. Esta, por sua vez, entende o discurso como um processo histórico e não posiciona o enunciador como um sujeito do enunciado, pois este apenas ilusoriamente teria o controle sobre o que é dito. Assim, da mesma forma que não se poderia afirmar que alguém tenha total consciência dos discursos que emergem daquilo que se está dizendo, também não se pode cristalizar, mumificar o discurso num período qualquer, pois este é *movediço*. Nas palavras de Eni Orlandi (2000, p. 37):

[...] nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem os discursos, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros.

Ora, como os sentidos podem ser outros, no terreno *movediço* dos discursos, é tão inútil quanto ingênuo acreditar na existência de um termo para nomear pessoas que se definam como homossexuais que esteja imune a associações depreciativas. A própria abundância desses nomes ressalta a verbosidade – histórica e culturalmente explicável – posta em ação para se referir a práticas e indivíduos homossexuais. Além disso, os intensos deslocamentos discursivos fazem com que termos surgidos e usados originalmente para a desqualificação pejorativa sejam apropriados pela *comunidade gay* para ridicularizar seus detratores usando exatamente os termos criados por esses. Além disso, é preciso ressaltar que, na atualidade, a própria mídia de massa ajuda a transgredir as fronteiras lingüísticas que aprisionariam os sentidos dos termos aos meios sociais nos quais surgiram.

As críticas ao uso dos termos homossexualidade/homossexual no Brasil devem ser relativizadas, pois restritos à princípio à elite, tais termos só se popularizaram no país a

partir da década de 1980, no bojo das discussões sobre a AIDS insistentemente veiculadas pela mídia. O termo *homossexual* e mesmo a categorização identitária a esse atrelado, não podem ser reduzidos a uma estratégia de manipulação dos corpos e instrumentalização dos prazeres, pois a palavra e a invenção de uma *identidade homossexual* no Brasil também serviram como instrumento de resistência a um regime de gêneros maniqueísta e excludente. Nesse sentido, Parker (2002, p. 69) observa que

[...] ao longo dos últimos 15 anos, um número crescente de homens envolvidos em relacionamentos de mesmo sexo passaram a se definir como “homossexuais” ou “bissexuais”, e a idéia de identidade sexual (em oposição a papel sexual) tornou-se cada vez mais disseminada como uma espécie de característica da experiência sexual

A divulgação do termo homossexual criou então uma mudança no modo como vários indivíduos se definiam e a partir disso puderam iniciar um processo de reavaliação mais positiva de suas identidades. A substituição da classificação tradicional “bicha – bofê”, na qual a identidade sexual se subordinava ao sistema de gêneros, para outra menos dogmática foi importante nesse processo de valorização dessas experiências para a constituição de novos sujeitos. Ainda segundo Parker (2002, p.70-71),

[...] admitindo a condição de homossexual não como uma forma de desvio, mas como parte da gama natural de variação sexual, mais homens e mulheres começaram a desafiar as estruturas hegemônicas não só de gênero, como também da sexualidade científica, medicalizada e essencialmente opressiva que procuraram defini-los como desviantes. [...] esta nova compreensão da identidade sexual [...] veio a oferecer uma nova e importante estrutura de referência para a organização das relações de poder que delimitam o campo sexual.

O próprio Foucault, que tão bem descreveu o processo pelo qual a identidade homossexual se fixou numa tipificação a partir do século XVIII, também percebeu que os próprios homossexuais puseram-se a falar por si mesmo e muitas vezes *dentro do vocábulo e com as mesmas categorias pelas quais era desqualificado do ponto de vista médico*. (Foucault, 1999, p. 96). Afinal, se as palavras não têm donos, ainda menos os discursos a elas atrelados. Usar um termo de *desqualificação* de forma a ridicularizar os agressores, repito, é prática comum entre homossexuais; e um exemplo disso é o uso dos termos *viado* e *bicha*. Enquanto o primeiro surgiu e se popularizou na década de 1920 como forma de agressão aos homossexuais, o segundo surgiu na década seguinte entre os próprios

homossexuais que, com esse termo, parodiavam seus “agressores”. De acordo com Green (2000, p. 145-146),

Uma explicação para a origem do termo [bicha] como uma expressão endógena da subcultura homossexual é a de que ele seria uma adaptação espirituosa da palavra francesa *biche*, que significa corça, feminino de veado. Parece plausível que os homens que freqüentam essa subcultura estivessem simplesmente fazendo um trocadilho com a palavra viado, ao que adicionavam um toque de sofisticação [...]. Portanto, os jovens homossexuais podem ter criado um novo uso da palavra bicha, tanto como um jogo de palavras como para ironizar a mordacidade do termo viado, ao adotá-lo como uma expressão afetiva para se referir a outro homem afeminado. [...] A viagem da expressão é reveladora. Gerado de dentro de uma subcultura, o termo [bicha] foi mais tarde apropriado para desmerecer as mesmas pessoas que o criaram. Transmitido de um mundo colorido e semi-clandestino de homens e mulheres prostitutos para um universo mais amplo, ele retornou como instrumento de agressão, hostilidade e marginalidade.

Importante observar que o mesmo trânsito discursivo, com sentido contrário, ocorreu com o termo *viado* que foi apropriado pelos homossexuais, passando a ser usado para designar a si mesmos. Outro exemplo observado por Green foi a marchinha de carnaval “Cabeleira do Zezé” que, em 1964, fazia sucesso com a alusão à presença de homossexuais no carnaval e tinha como refrão o coro popular gritando: “bicha”. Segundo Green (2000, p.365), “embora os foliões heterossexuais entoassem a palavra com uma conotação pejorativa, os freqüentadores dos bailes carnavalescos da Praça Tiradentes gritavam a mesma coisa como uma afirmação de sua identidade sexual.” Tal prática parece ser um dos modos mais eficazes de driblar os discursos opressores e suas táticas de ridicularização dos *viados*. Percebe-se assim o uso cotidiano – nesse caso, especificamente entre os homossexuais – da paródia:

Nesta [...] o autor fala a linguagem do outro, porém [...], reveste essa linguagem de orientação semântica diametralmente oposta à orientação do outro. A segunda voz, uma vez instalada no discurso do outro, entra em hostilidade como seu agente primitivo e o obriga a servir a fins diametralmente opostos. O discurso se converte em palco de luta entre duas vozes. (BAKHTIN, 1997, p.197)

Assim se explica o fato de que, de forma semelhante ao ocorrido com os termos *viado* e *bicha*, outros termos que surgiram e ainda surgem com a finalidade de ridicularizar

os homossexuais sejam constantemente retomados e parodiados, passando a servir como deboche à própria hostilidade que lhes foi/é dirigida.

Nesses casos, para paródia exercer seu poder de neutralizar o tom pejorativo de um termo hostil é preciso, no entanto, que se tomasse o termo para si: o nomear-se, afinal, é uma questão de poder.

Poder esse que se torna visível quando se percebe a correlação entre tais nomes e as identidades sexuais a eles atreladas. Críticos foucaultianos afirmam, com muitas razões, que o surgimento e o emprego do termo *homossexual* construíram uma *identidade*: o homossexual passou a ser um rótulo sobre o qual se plasmaria qualquer idéia de diferença, pois a este homem ou a esta mulher foram atribuídas características comuns, que incluem uma história familiar diferenciada, uma anatomia própria, um modo de falar, de agir, de pensar e, mais recentemente, mesmo uma genética própria; enfim, todo seu *eu* foi unificado em torno de sua sexualidade.

É preciso, no entanto, pensar um pouco mais sobre identidade. Passado é o tempo em que acreditávamos ser espontâneas e naturais nossas identidades; o séc. XX não foi outro senão o século das *desconstruções*, no qual nos deliciamos em descobrir os processos de *invenção* de sujeitos e de outros, sejam eles o oriente, a mulher, a nação, o nordeste, as massas, a civilização, etc. Repensar a figura do *homossexual* como uma construção é inseri-la no projeto moderno de racionalização dos corpos. Esse processo, no entanto, requer complementaridade. Vejamos: é um fato que a identidade nacional no Brasil, por exemplo, é uma construção simbólica que nada tem de natural ou espontânea. Poder-se-ia dizer, da mesma forma que não existe identidade brasileira, ou japonesa ou européia? Perceber o caráter arbitrário das identidades não nega sua existência simbólica e narrativa. Se alguém é capaz de identificar-se como brasileiro, seja qual for o valor que se dê a esse adjetivo, é porque essa identidade *faz sentido*, esse adjetivo é *identitário*. O mesmo poderia ser dito quanto à identidade homossexual: arbitrária, construída, aberta, não-coerente. E não seriam assim todas as identidades?

Num quase desabafo, Sullivan (1995, 22) sentencia: *A experiência homossexual pode ser considerada uma doença, uma perturbação, um privilégio ou uma maldição; pode ser considerada digna de uma “cura”, retificada, abraçada ou suportada. Mas ela existe.* Afirmar sua existência não implica necessariamente numa rotulação, afinal, vivemos num

mundo em que as identidades tornaram-se flutuantes e cuja aderência ao corpo é sempre relativa (Bauman, 1998).

Ademais, é próprio às identidades se constituírem não unicamente pelo que se diz de si mesmo, mas também do que dizem sobre si: o que penso de mim é inevitavelmente distinto dos conceitos que me atribuem exteriormente, e estas duas dimensões são filtradas pela identidade, no seu processo contínuo de reafirmação e transformação. Um homem com *inclinações homoeróticas* poderia, com toda legitimidade, abdicar de qualquer identificação homoerótica, observando que se trata apenas de um traço entre os demais em sua complexa personalidade. Mas esse mesmo homem pode ser importunado por alguém que lhe dirige um *impropério*: “viado!” A ofensa não está na palavra em si, mas em quem diz, no tom de sua voz, na situação comunicativa. Esse mesmo homem pode ser espancado, discriminado no trabalho, até mesmo ser assassinado. Por que? Porque alguém lhe atribuiu uma identidade: ser homossexual. É nesse sentido que não creio ser possível simplesmente ignorar a existência de uma identidade homossexual por esta ser histórica e socialmente construída: ela é real porque é significativa individual e/ou socialmente. *Real*, mas não *fixa*, repito: como qualquer construção simbólica, identidades são movediças e podem ser reconstruídas a partir de mudanças discursivas. Afinal, não seria esta a base da política cultural? A preocupação às vezes exagerada com o *quem diz* e o *de onde* se diz é a face mais política de uma questão discursiva: é o *lugar* discursivo que indica o grau de legitimidade representativa.

A atenção dada pelos ativistas gay às formas como a imagem do indivíduo homossexual é veiculada pela mídia decorre da percepção de correlações entre discursos e identidades. Tal preocupação não se restringe ao movimento gay, o que se percebe pela elaboração, em 2005, do guia *Politicamente Correto em Direitos Humanos* pela *Secretaria Especial dos Direitos Humanos* do Governo Federal, no qual foi desencorajado o uso de 96 palavras, expressões e piadas tidas como pejorativas preconceituosas em relação a pessoas e grupos sociais, como negros, mulheres e homossexuais. Nesse guia, retirado rapidamente de circulação devido às polêmicas suscitadas, os termos *veado*, *baitola*, *bicha*, *sapatão*, *gilete* e *homossexualismo* eram desencorajados ao uso, sugerindo-se sua substituição por *gay*, *entendido*, *homossexual*, *lésbica*, *bissexual* e *homossexualidade*. Esse caso foi exemplar como exemplo da importância política dada à linguagem, aos discursos. Afinal,

nomear é sempre perigoso, e os riscos se acumulam. Certamente os políticos, policiais, jornalistas e professores – o público-alvo da cartilha – sabiam do valor pejorativo desses termos; o problema novamente não é apenas o que se diz, mas quem diz o quê: a discriminação não pode ser institucionalizada, era o apelo subjacente ao *manual*. Afinal não se tratava, felizmente, de uma lei que normatizasse o uso de uma linguagem politicamente correta: o que se pretendia era que o uso agressivo de um termo com fins discriminatórios não fosse considerado um ato banal, corriqueiro. Mudar a linguagem, nesse sentido, seria uma forma de mudar mentalidades. O que não foi levado em consideração nesse e em outros casos, é que as mentalidades também mudam a linguagem e o que hoje é considerado correto politicamente pode deixar de sê-lo no futuro.

De todo modo, fica um impasse: enquanto os meios acadêmicos e institucionais preocupam-se e restringem os nomes dados para se referir a pessoas homossexuais, a linguagem comum se enriquece com uma proliferação de termos cunhados a cada estação para designá-las. A identidade homossexual, mesmo considerada afirmativamente como nas diversas vertentes da política de identidade, é vista com desconfiança nos meios acadêmicos, o que leva alguns críticos a vacilarem no uso do termo *homossexual* e se contorcem em nomeações eufêmicas como “homens *same-sex* oriented” ou “indivíduo com inclinações homoeróticas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo** 4. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discursos: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

PARKER, Richard. **Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente normal**: uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.